



# Comportamentos de risco nos jovens estão a aumentar

**Negligência dos pais mantém-se o maior risco acompanhado pelas comissões de Proteção de Crianças e Jovens. Dez bebés abandonados e duas meninas vítimas de mutilação genital**

Alexandra Figueira  
 afigueira@jn.pt

**PROTEÇÃO** Consumo de álcool ou drogas, indisciplina ou atitudes antissociais ou, até, criminais por parte de crianças e jovens. Comportamentos de risco como estes estão a crescer há cinco anos, obrigando à intervenção das comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ). No global, o relatório anual da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens indica uma descida do número de denúncias e casos confirmados. Em 2018, as 39 053 situações de perigo comunicadas, sobretudo por escolas e polícias, levaram à abertura de 13 905 processos, menos quase 10% face ao ano anterior.

A negligência dos pais continua a ser o principal perigo que leva à intervenção das comissões de proteção, mostrando um retrato dos "desafios dos tempos modernos, em que muitos pais nem se apercebem que os seus comportamentos põem as crianças em risco", disse a secretária de Estado para a Inclusão, Ana Sofia Antunes. Contudo, o peso da negligência no total de situações de risco tem vindo a diminuir, ao longo dos anos.

Pelo contrário, o peso dos comportamentos de risco sobe há cinco anos. Ana Sofia Antunes adiantou que estão em causa sobretudo comportamentos contrários às normas da sociedade ou até de indisciplina, bem como o consumo de estupefacientes e álcool, sobretudo por adolescentes. "Há uma concentração cada vez maior destes comportamentos na faixa etária dos 15 aos 17 anos", disse.

Este tipo de comportamento levou as CPCJ a abrir 1215

novos processos no ano passado, que se somaram a 925 que vinham do ano anterior e a 466 casos que já tinham sido encerrados, mas foram reabertos. No total, foram 2606 os menores acompanhados pelas comissões. Na classificação dos técnicos, mais de metade tinha "comportamentos que afetam gravemente o seu bem-estar e desenvolvimento" sem que os pais "se lhes oponham de forma adequada a remover essa situação". Mas houve também 59 casos de bullying, sete de gaming (vício de jogos eletrónicos) e, até, de 11 menores apanhados a praticar crimes.

**DETETADOS 38 CASOS POR DIA**  
 A cada dia que passou, as comissões de proteção diagnosticaram 38 novas situações de perigo que levaram a intervir. No final do ano, tinham sido identificados quase 14 mil casos de risco para a segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento dos menores (face a 15 317 no ano anterior).

A negligência e os comportamentos antissociais são as duas principais situações de perigo, mas boa parte do trabalho das comissões é ocupado pela violação do direito à educação (sobretudo por absentismo, mas também por abandono), violência doméstica e maus tratos físicos (incluindo castigos corporais e dois casos de mutilação genital feminina) e psicológicos (como a indiferença, a humilhação ou ameaças).

Quanto à violência sexual, a lista negra das CPCJ inclui 11 casos de violação e duas vítimas de pornografia infantil. Já a exploração infantil tem menor expressão: nove menores estiveram nesta situação, incluindo um utilizado por um adulto para mentigar. ●

**BALANÇO**

**Menos denúncias**

São as escolas e as polícias quem mais denuncia casos de risco, sobretudo de negligência e violência doméstica. Em 2018, foram comunicadas 39 053 situações, menos 240 face a 2017. O número de denúncias estabilizou nas 39 mil há três anos. A maioria é arquivada liminarmente, por não ser encontrado fundamento ou por o perigo já não existir.

**E menos casos novos**

Em 2018, as comissões abriram 13 905 processos novos, menos do que os 15 317 iniciados no ano anterior. Somando aos 19 419 casos transitados de anos anteriores, tiveram em mãos 33 324 situações de risco diagnosticadas.

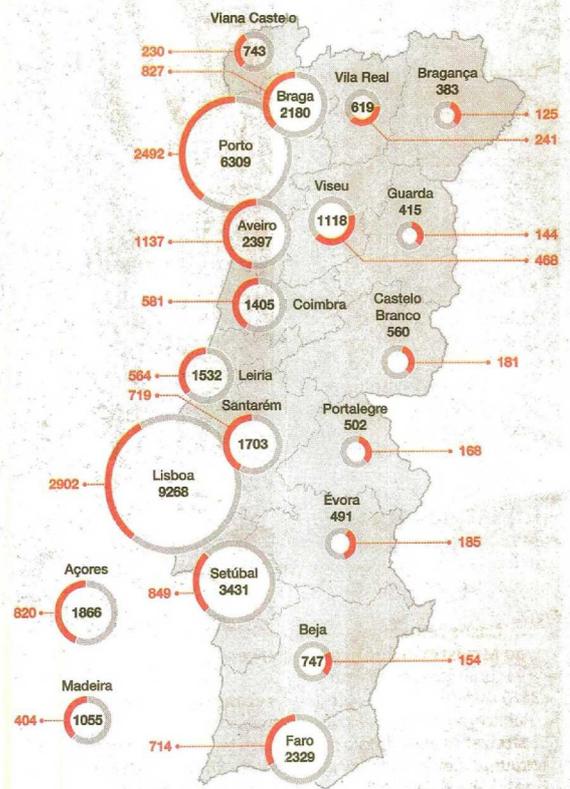


Lucília Gago  
 Procuradora-geral República

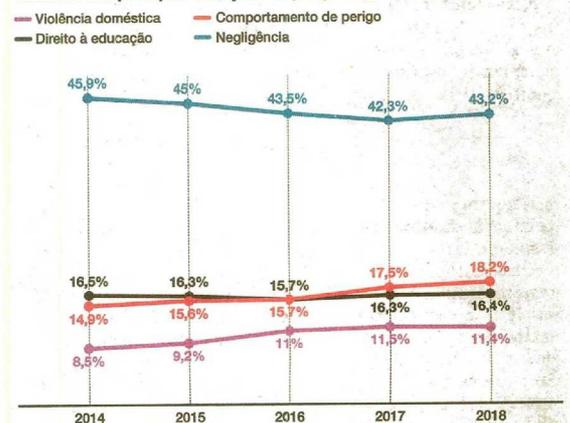
**"Os magistrados precisam de se consciencializar que não têm formação adequada. Creio que deveria haver uma alteração legislativa para conferir aos técnicos a responsabilidade de dirigirem as audições a menores"**

**Proteção das crianças e jovens em perigo**

Denúncias / Diagnósticos feitos pelas CPCJ



**Histórico das principais situações de perigo diagnosticadas**



FONTE: RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE DAS CPCJ 2018 INFOGRAFIA JN



#### Dez bebés abandonados pelos pais à nascença

Dez bebés foram abandonados à nascença ou quando tinham menos de seis meses, mais do que os oito de 2017. Um outro foi deixado à sua sorte depois de completar meio ano. Por abandono, falta de suporte familiar ou porque foram temporariamente deixados sozinhos, 254 menores foram seguidos pelas CPCJ.

#### Humilhação, pornografia e castigos físicos

A lista negra inclui crianças sistematicamente recebidas pelos pais com indiferença (121), hostilizadas e ameaçadas (15) ou humilhadas (12). Foram sujeitas de maus-tratos físicos 384 e duas foram vítimas de pornografia infantil.

#### Menos crianças retiradas de urgência aos pais

As CPCJ retiraram aos pais, de urgência, 194 crianças, que corriam perigo de vida ou a sua integridade física ou psíquica estavam sob ameaça. Dessas, 89 foram retiradas ainda antes de os técnicos fazerem a avaliação. O número está a cair: em 2017, foram retiradas de urgência 160 menores, metade das 299 de 2016.

#### Casos remetidos ao Ministério Público

As comissões remeteram 3567 casos para o Ministério Público, porque os pais não autorizam a intervenção ou porque, depois de contratualizada a medida de proteção, não a cumpriram, de forma reiterada. O Ministério Público pediu às comissões que lhe remetessem 155 processos.



Atividades de prevenção foram desenvolvidas só no dia do 29.º aniversário da convenção das Nações Unidas sobre os direitos das crianças, envolvendo quase 75 mil participantes. As CPCJ estão a reforçar a vertente da prevenção. No ano passado, 34 novos técnicos iniciaram funções.